

Mercado de trabalho registra 715 mil jovens aprendizes

De janeiro a novembro de 2025, mais de 118 mil novos contratos foram firmados no país

Por Martha Imenes

A virada do ano (2025-2026) trouxe bons números para a economia brasileira, principalmente no mercado de trabalho, que desde janeiro de 2023 criou mais de 5 milhões de empregos formais, de acordo com dados do Novo Caged. Apenas em novembro, foram mais de 85 mil novas vagas com carteira assinada, elevando o estoque de vínculos formais para mais de 49 milhões de trabalhadores, o maior patamar da série histórica. A taxa de desemprego recuou para 5,2%, a menor já registrada desde 2012, refletindo crescimento consistente em todos os estados e setores da economia.

Outro ponto positivo é o número de jovens aprendizes no mercado de trabalho: somente em novembro 715.277 foram contratados, estabelecendo mais um recorde histórico. Entre janeiro e novembro do mesmo

ano, o saldo de novas contratações chegou a 118.244, o maior já registrado para esse período. Os dados são do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), responsável pela fiscalização da Lei nº 10.097/2000, conhecida como Lei da Aprendizagem Profissional. As informações são do próprio ministério.

Maiores contratações na indústria

Entre janeiro e novembro de 2025, o setor que mais contratou aprendizes foi a Indústria, com saldo de 42.429, seguido por Serviços (39.897), Comércio (24.678), Construção Civil (10.019) e Agropecuária (1.220). O saldo representa a diferença entre contratos firmados e contratos encerrados no período.

Para o diretor do Departamento de Políticas de Trabalho para a Juventude do MTE, João Victor da Motta, o avanço da



A taxa de desemprego recuou para 5,2%, a menor já registrada desde 2012, refletindo crescimento consistente em todos os estados e setores da economia

aprendizagem profissional é resultado de um esforço conjunto. “Esse novo recorde representa a concretização de esforços coletivos para retomar a centralidade da aprendizagem profissional e consolidar essa política como a principal porta de entrada para o primeiro emprego no país. A aprendizagem associa experiência prática à qualificação profissional, atendendo à demanda das empresas”, ressaltou Motta.

A Lei da Aprendizagem tem como objetivo inserir jovens de 14 a 24 anos no mercado de trabalho, por meio de um contrato especial que combina prática profissional e formação técnica compatível com seu desenvolvimento físico, moral e psicológico.

Perfil dos jovens aprendizes

Dos 715.277 jovens aprendizes no país, 52,9% são do gênero feminino e 47,1% do masculino.

Em relação à raça/cor, 336.923 se declaram pardos, 296.991 brancos, 72.148 pretos, 4.252 amarelos e 1.743 indígenas.

Quanto à faixa etária, 419.102 têm até 17 anos, 293.517 estão entre 18 e 24 anos e 2.659 possuem mais de 25 anos — grupo composto por pessoas com deficiência, para as quais não há limite máximo de idade para contratação na modalidade de aprendizagem.

Entre as histórias que refletem esse cenário está a de Geysiane Souza, de 19 anos, moradora do Distrito Federal. Aos 17, iniciou sua trajetória na aprendizagem profissional pelo Senai, no curso de Assistente Administrativo, uma experiência que transformou sua vida e ampliou suas perspectivas. Em janeiro deste ano, Geysiane concluiu o programa e conquistou uma vaga com carteira assinada em uma empresa.

“A aprendizagem me transfor-

mou e ampliou minha visão sobre o ambiente profissional. Passei a me interessar por áreas nas quais antes não me via. Nesse processo, muitas pessoas me ajudaram a me sentir vista, tanto no aspecto profissional quanto no emocional”, contou a jovem, que agora planeja ingressar na universidade.

Como funciona a Lei da Aprendizagem

Empresas de médio e grande porte têm obrigação legal de manter aprendizes em número equivalente a 5% a 15% do total de trabalhadores em funções que exijam formação profissional. Micro e pequenas empresas são dispensadas da obrigatoriedade, mas podem aderir voluntariamente.

Quem pode ser aprendiz

Para ser jovem aprendiz, é necessário ter entre 14 e 24 anos, estar matriculado e frequentando a escola, caso ainda não tenha concluído a educação básica, e estar vinculado a uma entidade de formação técnico-profissional credenciada ao MTE.

O contrato de aprendizagem é especial, com duração máxima de até dois anos, e garante carteira assinada, salário mínimo-hora, férias coincidentes com as férias escolares, 13º salário, vale-transporte e FGTS com alíquota reduzida de 2%. A jornada de trabalho é de até 6 horas diárias para quem não concluiu o ensino fundamental e de até 8 horas para quem já concluiu essa etapa.

As principais entidades formadoras pertencem ao Sistema S, como Senai, Senar, Senat, Senac e SESCOOP. Outras instituições credenciadas pelo MTE podem ser consultadas no município de residência do interessado.

Marinho faz projeções para 2026

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, participou, na manhã desta quarta-feira (7), do programa “Bom Dia, Ministro” e afirmou que o governo trabalha com perspectivas amplamente positivas para 2026.

O ministro destacou que, mesmo diante de um cenário internacional marcado por incertezas, o Brasil tem conseguido manter um desempenho sólido no mercado de trabalho, resultado da combinação entre políticas públicas de estímulo à economia, valorização do trabalho e fortalecimento da renda das famílias.

Um dos principais motores desse cenário é a ampliação da renda das famílias. A virada do ano marcou a entrada em vigor do novo salário mínimo, que passou para R\$ 1.621, com ganho real, além da isenção total do Imposto de Renda para trabalhadores que recebem até R\$ 5 mil mensais e

descontos progressivos para rendas de até R\$ 7,35 mil.

Segundo Marinho, essas medidas devem injetar mais de R\$ 100 bilhões na economia ao longo de 2026, fortalecendo o consumo e impulsionando a atividade econômica. “Quando o trabalhador percebe, no holerite, que sobra mais dinheiro no fim do mês, isso funciona como um aumento real de salário”, afirmou. Para o ministro, o aumento da massa salarial tem efeito direto na geração de novos postos de trabalho.

Luiz Marinho ressaltou ainda que a renda do trabalho exerce papel estratégico no financiamento de políticas públicas estruturantes. Recursos como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) são fortalecidos com o crescimento do emprego formal, con-



Marinho durante entrevista ao programa “Bom Dia, Ministro”

tribuindo para investimentos em habitação, infraestrutura, crédito produtivo, qualificação profissional e inovação.

Trabalho por aplicativo

Marinho reforçou a importância de avançar na regulação do trabalho por aplicativos, tema que tramita no Congresso

Nacional. Segundo ele, a proposta busca assegurar direitos básicos, maior transparência na remuneração, proteção previdenciária e segurança para motoristas e entregadores, sem comprometer a dinâmica econômica do setor.

Para o ministro, a regulamentação é fundamental para evitar a

precarização das relações de trabalho e garantir que a inovação tecnológica caminhe junto com proteção social e condições dignas de trabalho.

Mudanças no PAT

O ministro também destacou a modernização do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). As novas regras buscam corrigir distorções históricas do sistema de vale-alimentação e vale-refeição, com redução das taxas cobradas pelas operadoras, definição de prazos menores para repasse aos estabelecimentos e ampliação da aceitação dos cartões.

A expectativa é beneficiar diretamente mais de 22 milhões de trabalhadores, além de fortalecer pequenos restaurantes, mercados e estabelecimentos comerciais, ampliando a oferta de serviços e contribuindo para a redução de custos ao consumidor.